

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.023 - RJ (2020/0001181-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA**  
**ADVOGADOS : BRENO GARCIA DE OLIVEIRA - MG098579**  
**LUIZA SANTOS MACIEL VALADARES - MG158032**  
**BRENO GARCIA DE OLIVEIRA - RJ222834**  
**AGRAVADO : JOSE ADELIO VIEIRA TEIXEIRA**  
**ADVOGADOS : HEITOR FAVIERI FILHO - RJ043583**  
**PRISCILLA PAIVA FAVIERI - RJ211578**  
**ANA KETY ALVES DE OLIVEIRA FAVIERI - RJ138538**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO DIREITO ADMINISTRATIVO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO EM EXAME PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CARDIOLOGIA VINCULAÇÃO AO EDITAL ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PROVA DOS AUTOS QUE MILITA FAVORAVELMENTE À TESE AUTORAL MANUTENÇÃO DO DECISUM.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 489, § 1º, IV, do CPC, no que concerne à negativa de prestação jurisdicional em razão da ausência de fundamentação do acórdão recorrido, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

17. - Ora, ao ler esse trecho, patente é a violação do art. 489, § 10, IV do CPC/15 à medida que o Magistrado, de forma genérica, justifica a falta de omissão afirmando não estar obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes (fl. 536).

18. - Sendo assim, à medida que um dos pressupostos fundamentais de uma decisão está viciado, esta não deve produzir quaisquer efeitos jurídicos, devendo obrigatoriamente ser anulada.

19. - Renovada a venia, doutos Ministros, é importante ressaltar que o objetivo deste Recurso Especial não é que se aprecie a matéria fático-probatória, mas sim demonstrar a ocorrência da negativa de prestação jurisdicional, violando o artigo 489 do CPC, que exigem que os acórdãos sejam plenamente fundamentados e que as omissões apontadas sejam sanadas (fl. 536).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação das Leis n. 6.932/1981 e 12.871/2013 e do Decreto n. 8.516/2015, sob o fundamento de que a Sociedade Brasileira de Cardiologia possui competência para legal para exigir carga horária mínima prevista em edital para fins de concessão de título de especialista em cardiologia, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

33. - De suma importância registrar que as Cláusulas previstas no Edital para o TEC/2017, foram elaboradas em conformidade com o que está determinado pela Comissão Mista, inclusive o que se refere a carga horária exigida, haja vista que por oferecer um Título Profissional de igual valor aquele oferecido pela Residência Médica (cuja a horária mínima é de 2.880) é plausível que os requisitos sejam no mínimo semelhantes.

34. - Por este motivo é necessário que qualquer candidato que realiza o Exame para Obtenção do Título de Especialista em Cardiologia (ou em qualquer especialidade), tenha cumprido 2.880 horas, uma vez que o próprio MEC, através do CRNC, apenas admite criação de especialidades com carga horária mínima de 2.880 horas.

35. - Conclui-se, por óbvio, que se a Recorrente não tivesse elaborado o Edital de forma a exigir a carga horária de 2.880 horas dos participantes e acabasse por admitir os candidatos que não cumprissem essa carga horária, mas participassem do Exame para Obtenção do Título de Especialista em Cardiologia, e futuramente obtivessem o Título de Especialista, estaria o próprio Edital infringindo a legislação federal acima descrita.

36. - Por tais razões, torna-se necessário que seja interposto o presente Recurso Especial, para que esta douta Turma se manifeste expressamente sobre a competência da SBC, instituída nas Leis 6.932/81; 12.871/13 e Decreto 8516/15, para exigir a carga horária fixada no Edital (fl. 539).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF uma vez que há indicação genérica de violação de lei federal sem particularizar

quais dispositivos teriam sido violados, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Nos termos da jurisprudência desta Corte, a alegação genérica de violação da lei federal, sem indicar, de forma precisa, o artigo, parágrafo ou alínea da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, demonstra a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional, conforme os termos da Súmula n. 284 do STF” (AgInt no REsp n. 1.475.626/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 4/12/2017).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 546.951/MT, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 22/9/2015; AgRg no AREsp n. 605.423/SC, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 1/10/2015; e REsp n. 1.304.871/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1/7/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente